

CAMPANHA SALARIAL 2016

Greves agitam categoria metalúrgica e algumas empresas já negociam diretamente com nosso sindicato

Paralisações e braços cruzados ditam o andamento da Campanha Salarial deste ano. Após a proposta patronal de parcelar a reivindicação de reajuste salarial de 9,83% em três vezes ser rejeitada durante a Assembleia Geral realizada no dia 20 de julho, a categoria autorizou o sindicato a intensificar a campanha e pressionar o sindicato patronal (Simecan) para melhorar a proposta. Este, por sua vez, ao saber da deliberação de greve, ajuizou o dissídio coletivo e encaminhou uma reunião de conciliação no TRT - Tribunal Regional do Trabalho, realizada seis dias depois. Na ocasião, em vez de apresentar melhorias na proposta, os patrões reiteraram sua proposta de parcelamento a perder de vista.

Respeitando a decisão tirada em assembleia, o Sindicato intensificou as mobilizações e deu início às paralisações. A primeira fábrica a cruzar os braços foi a Agco, no dia 26 de julho. Em uma grande assembleia, os trabalhadores/as da empresa ficaram cientes das várias tentativas do Sindicato em fechar um bom acordo sem a necessidade de encaminhar o dissídio ao tribunal.

Na manhã do dia seguinte, trabalhadores/as da Midea Carrier não hesitaram em ouvir os esclarecimentos do sindicato e retornar às suas casas. A adesão foi total e cresceu a indignação da categoria, que aguarda desde o mês de maio a reposição das perdas inflacionárias.

A Maxiforja foi a terceira fábrica paralisada pelos trabalhadores/as no dia 28. A empresa foi beneficiada recentemente com recursos do BNDES (dinheiro público) para investir em sua estrutura e, mesmo produzindo e lucrando muito bem, não dignou-se a repor as perdas nos salários daqueles a quem chama de colaboradores. A paralisação foi total e os dirigentes sindicais ficaram em frente à fábrica durante todo o dia para garantir o sucesso da greve.

Para fechar a primeira semana de paralisações, o Sindicato realizou um ato de repúdio em frente à Forjasul, empresa do coordenador da mesa de negociações. A mobilização contou com a expressiva participação de sindicatos metalúrgicos da região, assim como sindicatos de outras categorias (Sapateiros, Rodoviários e Cargas Líquidas) e entidades de peso na luta sindical, como a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Metalúrgicos do RS e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

No final de semana, o Sindicato esteve presente na Agco e na Maxiforja para paralisar o serão marcado para a compensação dos dias parados. Os trabalhadores/as foram convencidos a não entrar para trabalhar.

Na terça, 2 de agosto, o sindicato paralisou todos os turnos da General Electric (ex-Alstom).

No dia seguinte, foi a vez da greve na primeira empresa de Nova Santa Rita, a Harman. O quadro funcional majoritariamente formado por mulheres atendeu o apelo do sindicato e também paralisou a fábrica.

Na quinta, 4 de agosto, foi a vez de paralisar a Liess. Ali o patrão encara as decisões da categoria e as mobilizações ordeiras e pacíficas do sindicato como casos de polícia. Até o fechamento deste jornal, os dirigentes sindicais resistiam às ameaças da Brigada Militar que, ao ser convocada pela empresa, deixa de cuidar das ruas e da segurança pública para intervir nas relações sindicais.



CAMPANHA SALARIAL 2016

Empresas fecham acordos mais favoráveis

A insistência do sindicato patronal em conceder apenas a inflação e ainda de forma parcelada, fez com que os trabalhadores/as, em assembleia geral realizada no dia 20 de julho, deliberassem pela rejeição da proposta patronal, decretassem as greves e seguissem fortemente mobilizados na luta.

Assim, muitas empresas procuraram diretamente o nosso sindicato para fechar melhores acordos salariais para seus funcionários/as. Ao todo, mais de dez metalúrgicas já apresentaram proposta melhor do que a rejeitada na assembleia geral. Outras tantas já entraram em contato para nas próximas semanas dialogar um acordo e beneficiar milhares de trabalhadores/as.

Paralelamente, a direção do nosso sindicato vai continuar a luta, com mobilizações e greves por fábricas, para garantir que se apresente uma proposta possível a ser levada para uma nova assembleia geral dos(as) trabalhadores(as).



Edlo e Siemens são algumas das empresas que procuraram nosso sindicato para fechar melhores acordos para seus funcionários

Metalúrgicos de outras bases decretam e fazem greves

Os patrões metalúrgicos do Estado estão seguindo à risca a orientação de sua federação das indústrias, apresentando propostas que visam arrochar salários e tirar ou flexibilizar direitos. A exemplo daqui, também apresentam propostas absurdas como reajustar de forma parcelada índices que sequer repõem a inflação.

Diante disto, várias bases do Estado, especial-

mente as de Porto Alegre e Cachoeirinha, decidiram decretar estado de greve e já estão paralisando algumas empresas. Outras bases, como a de Sapiranga, por exemplo, já estão convocando assembleias para possivelmente decretar estado de greve. A categoria como um todo não aceita propostas salariais rebaixadas e mais arrocho.

Departamento dos Aposentados debate Previdência Social

Diante das ameaças que rondam os direitos trabalhistas, entre as quais uma desastrosa reforma na

Previdência Social, o Departamento dos Aposentados Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita realizou, na tarde do dia 28 de julho, o debate "O Futuro dos Aposentados e os Futuros Aposentados", com o especialista no assunto em questão, Dr. João Lucas de Mattos, advogado previdenciário. O encontro, realizado no salão de evento da entidade, contou com a presença expressiva de aposentados/as e trabalhadores/as que ainda estão na ativa.

Na abertura do debate, o presidente do Sindicato, Paulo Chitolina, ressaltou a importância das políticas do departamento quando somadas às ações do Sindicato. "É muito importante que a nossa entidade dialogue com os trabalhadores e trabalhadoras que hoje se encontram aposentados, pois a conjuntura política não está poupando ninguém do retrocesso".

Angélico Pereira, que integra o departamento, reforçou a necessidade de todos os(as) aposentados(as) participarem das atividades e das mobilizações. "Já fizemos muitas lutas, mas ainda estamos vivos, companheiros. Não podemos deixar que passem por cima de tudo que já conquistamos".

No debate, o Dr. João Lucas de Mattos fez uma breve reflexão sobre a conjun-

tura política, alertando que o governo interino de Temer já tinha um projeto retrógrado na manga antes mesmo do afastamento de Dilma. Ele ainda abordou a história dos direitos trabalhistas e reforçou o verdadeiro objetivo da Previdência Social que, atualmente, vem sendo focado no âmbito econômico. "O déficit da Previdência Social inexistente. Pelo contrário, ela é superavitária. E nós temos que estar cientes que este é um órgão que compõe a chamada seguridade social, ou seja, serve para amparar e proteger o cidadão". O advogado ainda alertou para a extinção do Ministério da Previdência como uma forma encontrada pelo governo interino de utilizar o dinheiro das contribuições como bem entender.

Dentre os assuntos abordados, os presentes puderam esclarecer dúvidas sobre a desvinculação do reajuste dos aposentados com o salário mínimo, a desaposentadoria, a MP 739 (auxílio-doença e aposentadorias por invalidez) e a pensão por morte. No final, os integrantes do departamento dos aposentados, assim como o Dr. João Lucas, puseram-se à disposição dos presentes e reforçaram os atendimentos que ocorrem todas as quintas-feiras, das 14h às 17h, na sede do Sindicato.

Marco Maia apresenta projeto que protege emprego da mão de obra local

O deputado federal canoense e ex-dirigente sindical metalúrgico, Marco Maia (PT-RS), apresentou na Câmara Federal na terça, 2 de agosto, o Projeto de Lei 5905/2016, que visa incluir artigo no texto da Lei 13.303/2016 estabelecendo a reserva de postos de trabalho em licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista, destinados ao preenchimento das vagas por trabalhadores locais e mulheres.

Antiga reivindicação dos trabalhadores da região – mais recentemente, de trabalhadores metalúrgicos contratados por terceirizadas da Petrobras, que foram preteridos pelas empresas por trabalhadores de outras regiões do Estado e do país – o projeto estabelece que as empresas públicas como a Refap - Refinaria Alberto Pasqualini exigirão nas licitações, para habilitação, que os licitantes assegurem a contratação mínima de 15% de trabalhadoras do sexo feminino e de 70% de trabalhadores da localidade onde for realizada a obra ou prestado o serviço. O projeto também prevê que, na impossibilidade de preenchimento do percentual de postos de trabalho com trabalhadores locais, poderão ser contratados trabalhadores de municípios limítrofes. No caso de Canoas, as cidades de Nova Santa Rita, Esteio, Cachoeirinha e Porto Alegre.

"Muitas vezes os municípios e os estados brasileiros investem muito para levar até a localidade obras e serviços importantes para aquela comunidade. Mas, na hora de gerar postos de trabalho e circular recursos nos municípios, as empreiteiras acabam trazendo todos ou grande parte de seus trabalhadores e trabalhadoras de fora da região ou até mesmo, do próprio estado", declarou o ex-presidente da Câmara dos Deputados, que vai lutar para o projeto seja aprovado o mais breve possível.

EDITORIAL

Organização, união consciência e luta

A primeira semana de mobilizações e a adesão total nas fábricas paradas provaram que a categoria metalúrgica de Canoas e Nova Santa Rita está muito descontente, porém unida e coesa na busca por um reajuste digno. Isso aconteceu porque, antes mesmo da assembleia que rejeitou a proposta patronal e deliberou greves, a direção do Sindicato já realizou mobilizações e conversas com os trabalhadores nas principais fábricas da categoria, entre as quais a Maxiforja, Siemens, Harman, Midea Carrier, Edlo, Forjasul, Agco e General Electric, entre outras.

Os trabalhadores/as se conscientizaram de que não têm nenhuma responsabilidade sobre a crise econômica e política que o país atravessa – aliás, são as maiores vítimas – e decretaram que não estão dispostos a pagar o pato, pois, mais uma vez, os patrões querem colocar nas costas dos trabalhadores/as a conta da crise.

Como se não bastassem as recentes demissões, os acordos para manter postos de trabalho, a rotatividade que reduz na marra a massa salarial e as recentes propostas de retirada ou flexibilização de direitos alinhavadas com o governo golpista de Michel Temer, agora os patrões querem impor mais arrocho salarial com o parcelamento das perdas inflacionárias. Mas não contavam com a organização e o espírito de solidariedade da categoria, que está preparada para fazer o enfrentamento, fazer paralisações em uma ou mais fábricas simultaneamente e fazer uma paralisação geral na base com a ajuda de outros sindicatos de luta da região.



CONJUNTURA NACIONAL

PREVIDÊNCIA SOCIAL: BOAS E MÁS NOTÍCIAS

1ª parcela do 13º do INSS para aposentados e pensionistas

Após forte pressão de mais de 30 milhões de segurados do INSS, o governo publicou decreto que garante a antecipação do 13º salário deste ano para aposentados e pensionistas da Previdência Social. De acordo com a medida assinada pelo governo interino, a 1ª parcela corresponderá a até 50% do valor do benefício e será paga entre 25 de agosto e 8 de setembro, sem descontos. Já a 2ª parcela tem previsão de sair em novembro, com o pagamento daquele mês. Terá direito ao abono quem, durante o ano, recebeu benefício previdenciário como aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílios-acidente, auxílio-reclusão ou salário-maternidade. No caso de auxílio-doença e salário-maternidade, o valor do abono anual será proporcional aos meses de concessão. Segurados que ganham benefícios assistenciais não têm direito ao abono.

Desde 2006, aposentados, pensionistas e segurados do INSS recebem a 1ª parte do 13º antecipadamente, medida adotada após acordo entre o então presidente Lula e os representantes dos segurados do INSS.

Pente fino vai começar com os mais jovens

Em vez de investir em recursos humanos e na estrutura da Previdência Social e do INSS, e combater a sonegação que desvia mais de R\$ 103 bilhões da contribuição previdenciária por ano, o governo golpista de Michel Temer quer fazer economia atacando os direitos previdenciários da classe trabalhadora. O objetivo é reduzir gastos na ordem de R\$ 6,3 bilhões nos benefícios de quem está afastado por auxílio-doença e por invalidez e que recebe o benefício da prestação continuada.

O pente-fino que o INSS fará nos benefícios por incapacidade concedidos há mais de dois anos e que não foram periciados neste período deve funcionar por etapas. Na fase inicial, trabalhadores mais jovens em auxílio-doença podem ser os primeiros a ser chamados por cartas para agendar o exame nas agências da Previdência. Em uma segunda etapa, passarão pelo mesmo processo

aposentados por invalidez com mais de dois anos de concessão. Os benefícios concedidos por via judicial também estão na mira.

Reforma de Michel Temer vai ferrar com todos

O governo golpista de Michel Temer quer adotar idade mínima obrigatória com fase de transição até para quem está próximo de se aposentar. Por enquanto, espera o desfecho do impeachment da presidente afastada para apresentar a proposta de reforma, que deverá ser enviada ao Congresso entre setembro e outubro, para ser aprovada ainda este ano. Provavelmente, depois das eleições municipais porque sabe se apresentar antes, isso terá um peso muito grande na eleição de vereadores e prefeitos dos partidos aliados.

O governo estuda a volta do “pedágio” na proposta de Reforma da Previdência. O mecanismo, adotado nas mudanças de regras da última reforma, em 1999, vai prever um acréscimo de 40% no tempo que falta para o trabalhador se aposentar. A regra de transição valerá para quem está no mercado há mais tempo. Neste caso, é calculado quanto tempo o segurado ainda tem para se aposentar e se aplica um período adicional de contribuição. Numa situação em que faltam apenas 10 meses para que o segurado adquira os requisitos para requerer a aposentadoria, seria preciso trabalhar mais quatro meses. Já para os mais jovens, que acabaram de entrar no mercado de trabalho ou ainda vão ingressar, valerão regras mais rígidas, como idade mínima de 65 anos, podendo chegar aos 70.

Em breve, governo golpista vai atacar leis trabalhistas

Para pagar a dívida do apoio dos empresários ao possível impeachment de Dilma, a pretexto de fazer o ajuste fiscal, o governo golpista de Michel Temer vai acabar ou reduzir com diversos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. Em breve, possivelmente um dia depois das eleições municipais, o governo vai dar outro golpe na classe trabalhadora e encaminhar ao Congresso Nacional três



propostas de alteração na legislação trabalhista: a regulamentação da terceirização sem limites, a conversão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em política permanente e mudanças que praticamente darão um fim na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a prevalência do negociado sobre o legislado.

A CUT e suas confederações, federações e sindicatos filiados, lideram a resistência do movimento sindical combativo. Até centrais sindicais reconhecidamente amigas de patrões e do novo governo já se mostram contrariadas com os retrocessos a vista. “Em primeiro lugar, um governo provisório, que não tem garantia da própria continuidade, nem deveria tocar nesses temas. Causa preocupação essa sanha em mexer na legislação trabalhista”, diz Sérgio Nobre, que reafirmou a intenção de unir todas as centrais para se posicionar contra as mudanças.

Retomada das mobilizações reivindica “Fora Temer!”

No domingo, 31 de julho, os movimentos sociais retomaram as mobilizações exigindo o “Fora Temer!” e “Nenhum direito a menos!”. Aqui na região, a maior mobilização foi realizada no Parque da Redenção, reunindo cerca de 5 mil pessoas, que faziam questão de demonstrar sua intenção de contribuir pela defesa da democracia e dos direitos ameaçados pelo golpe e pela agenda ultraconservadora do governo golpista de Michel Temer. Entre os participantes estavam dirigentes sindicais e outras lideranças metalúrgicas da região.

“Todo mundo já se deu conta que esse golpe é contra a democracia, os direitos sociais e trabalhistas”, resumiu o presidente da CUT-RS e representante da Frente Brasil Popular, Claudir Nespolo. “Já acabaram com o Ciência Sem Fronteiras, adotaram regras que tornaram o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) mais difícil e querem aprovar agora o PL 257, que acaba com o serviço público. Querem destruir todo o legado de direitos construído



e defendido por Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e Lula. Não vamos permitir que isso aconteça”, acrescentou. Para ele, os gaúchos sofrem ainda mais porque o governador Sartori está sucateando o Estado.

Lei Maria da Penha completa 10 anos

No Brasil, uma a cada cinco mulheres é vítima de algum tipo de violência doméstica, segundo dados da Secretaria de Política para Mulheres. Cerca de 80% dos casos são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Há dez anos, uma lei foi criada no país para punir os autores da violência no ambiente familiar. Batizada de Maria da Penha, em homenagem a uma das tantas vítimas de agressão, ela é considerada uma das melhores legislações do mundo no combate à violência contra as mulheres pela ONU (Organização das Nações Unidas). O objetivo da Lei Maria da Penha é proteger mulheres vítimas de violência doméstica. Ela cobre diferentes tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, estabelece medidas que podem ser tomadas para afastar o agressor da vítima.

Mas ainda há desafios, como a não aplicação da lei em alguns casos, a falta de grupos de recuperação para agressores e de atendimento especializado às vítimas, e a não conscientização de parte da população sobre o que é violência doméstica.

CAMPANHA SALARIAL 2016**SINDICATO REBATE CARTA PATRONAL**

Entre os dias 27 e 29 de julho, a entidade sindical que representa os patrões distribuiu carta endereçada aos RHs das empresas para impor as regras de reajuste salarial não aprovadas pela nossa categoria. A carta teve como outros objetivos pedir a união e coesão das empresas, apontando considerações e juízos de valor que não condizem com a justiça e a verdade.

Antes de impor insegurança jurídica às empresas associadas, induzindo os RHs a adotar a proposta rejeitada e recomendando sobre como deveriam ser feitas as anotações e registros dos reajustes, o sindicato patronal – a pretexto de informar deliberações supostamente tomadas em assembleia de empresas associadas – afirmou que tal proposta teria sido feita pelo nosso sindicato e que nossa entidade teria frustrado conciliação na reunião de mediação realizada no TRT por ser inflexível. Também falou de supostos “humores políticos” que tornam a representação do sindicato dos trabalhadores “fraca e insegura”, possivelmente porque esta não teria conseguido aprovar a última proposta na assembleia geral do dia 20 de julho, quando foi decretado o estado de greve na categoria. No final, a carta fala na possibilidade de que o bom senso prevaleça para afastar comportamentos calçados apenas no interesse político de nossos dirigentes.

Diante disso, nosso sindicato quer esclarecer alguns fatos, contestar os argumentos patronais, enfim, fazer o contraponto à deselegante carta.

PROPOSTA É PATRONAL, SIM

Esta última proposta de reajuste não foi feita pelo nosso sindicato à bancada patronal. É bem possível que tenha, na melhor das hipóteses, havido um erro de interpretação por parte dos representantes patronais. Os representantes de nosso sindicato disseram que, seguindo o princípio da razoabilidade e considerando o argumento de que tal proposta seria derradeira, levariam esta proposta para apreciação da assembleia geral, que é soberana e, obviamente, poderia aprová-la ou rejeitá-la, conforme previa o edital de convocação que, aliás, também deixava clara a possibilidade de aprovação de estado de greve, caso a proposta fosse rejeitada.

A direção do sindicato patronal sabe muito bem que nossa direção - antes de se posicionar oficial-

mente - consulta as lideranças nas fábricas para saber o sentimento da categoria diante das propostas.

SINDICATO NÃO FOI INFLEXÍVEL

Não houve inflexibilidade do nosso sindicato na reunião de mediação realizada no TRT. Na ocasião, o nosso sindicato apenas cumpriu a decisão soberana da assembleia de não aceitar acordo sem que outra proposta melhor fosse consensuada.

Por ter sido do sindicato patronal a iniciativa de ir ao tribunal, se esperava que apresentassem algum avanço em suas propostas, o que não aconteceu. Portanto, a inflexibilidade está do lado patronal.

SINDICATO É DEMOCRÁTICO

Não há “humores políticos” atingindo o sindicato, tornando a representação “fraca e insegura”, como afirmam os patrões. O que eles não aceitam é o comportamento democrático e transparente da entidade, que sempre submete à categoria as principais decisões, especialmente no que diz respeito ao fechamento de acordos.

Cabe salientar que posições divergentes são comuns em quaisquer entidades sindicais. Basta ver que muitos empresários – desconsiderando a negociação feita por sua entidade sindical - resolveram conceder reajustes salariais inclusive melhores que a nossa pedida (9,83%, que é a reposição inflacionária). Este, aliás, foi o motivo pelo qual, na carta, a entidade sindical patronal pede para a categoria econômica se manter “unida e coesa”. Nem por isso entendemos que a direção do Simecan é “fraca e insegura”.

IMPOSIÇÃO GOELA A BAIXO

Para nós, a carta orientando as empresas a adotarem a proposta supostamente “ajustada na mesa de negociação” nada mais é do que a imposição antidemocrática do sindicato patronal. No linguajar dos trabalhadores do chão das fábricas, a entidade tenta “enfiar goela a baixo” o reajuste não aprovado na assembleia de trabalhadores, desrespeitando o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que compõem a categoria metalúrgica da base de Canoas e Nova Santa Rita.

BOM SENSO DE QUEM?

A carta do sindicato patronal roga para que a categoria econômica (empresas) se mantenha unida e coesa para que se “prevaleça o bom senso”.

Bom senso de quem? Arrochar salários, reajustando-os abaixo da inflação, é ter bom senso? Impossibilitar que os trabalhadores que foram mantidos após onda de demissões lutem para garantir o poder de compra mínimo de seus salários, contribuindo para reativar o círculo virtuoso de uma economia que está em crise, é ter bom senso?

**EXPEDIENTE**

O jornal A Vez e a Voz do Peão é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita - STIMMEC

Endereço: Rua Caramuru, 330 - Centro - Canoas/RS - Fone DDG: 0800.6024955 - Site: www.sindimetalcanoas.org.br - Email: contato@sindimetalcanoas.org.br - Facebook: /sindicato.metalurgicodecanoas - Colônia de Férias: (51) 3683.1819 - Presidente: Paulo Chitolina - Vice-presidente: Silvio Roberto Lopes Bica - Secretário de Imprensa: André Severo Soares (Índio) - Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. n° 8658) e Rita Correa Garrido - OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.

COMPORTAMENTOS HONESTOS

O sindicato patronal termina a carta falando da importância de se afastar “comportamentos de lideranças sindicais calçados apenas no interesse político, sem levar em conta a perda de conquistas da categoria profissional”.

Obviamente, lutar pelos interesses da categoria e lutar para que a decisão soberana da assembleia geral seja respeitada são interesses políticos e legítimos! No entanto, a preocupação maior de nossos dirigentes sindicais enquanto lideranças políticas é quanto aos interesses econômicos dos trabalhadores e trabalhadoras.

SEM HESITAR

Nosso sindicato e nossa categoria sempre tiveram claras a crise econômica – que certamente não foi gerada pela classe trabalhadora – e as dificuldades enfrentadas por boa parte das empresas. Diante disto não hesitaram em contrariar uma minoria de companheiros que entendiam ser possível manter a tradição de reivindicar aumentos reais, o que seria justo, inclusive para repor perdas adicionais por conta do aumento de impostos do Governo Sartori, que a classe empresarial apóia e calou-se quando o ICMS de vários produtos e serviços subiram até 7%.

Também não hesitaram em estabelecer como reivindicação salarial apenas o básico, reivindicar as perdas oficiais medidas pelo INPC, enfim, a reposição daquilo que a inflação “comeu” dos salários da categoria entre maio/2015 e abril/2016. Neste caso, a prevalência do bom senso deve ser pedida à classe patronal metalúrgica de Canoas e Nova Santa Rita.